

# Voto que contrariar a promessa pode ser nulo

30 MAI 1987

anc p. 4

ESTADO ALEGRE SÃO PAULO  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, defendeu ontem, em Porto Alegre, a adoção, na futura Carta, do princípio do "mandato imperativo", através do qual os compromissos assumidos pelos candidatos durante as campanhas eleitorais devam ser registrados em cartório e as casas legislativas possam desconsiderar seus votos que sejam contrários a esses compromissos. Por esse princípio também qualquer pessoa poderia ajuizar ação requerendo anulação de votos de parlamentares que contrariam os compromissos registrados em cartório.

Em palestra a empresários gaúchos, promovida pela seção gaúcha da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), o senador Mário Covas ressaltou que, com isso, seriam ampliados os direitos de cidadania. Defendeu também a adoção, pela Constituinte, da possibilidade de qualquer cidadão poder representar judicialmente contra o Congresso, caso cometa o delito de "inconstitucionalidade por omissão", em que princípios constitucionais não sejam regulamentados por legislação ordinária.

Por outro lado, em entrevista coletiva à imprensa, o líder do PMDB na Constituinte insistiu na conveniência de uma convenção nacional de seu partido para definir uma posição quanto ao mandato do presidente José Sarney. Reiterando a defesa dos quatro anos, Mário Covas disse que se renderia ao eventual predomínio, na convenção partidária, da tese de mandato, de cinco anos, votando dessa forma na Constituinte.

Um repórter indagou se ele se renderia também aos cinco anos no caso de ser escolhida como foro de decisão partidária apenas a bancada Constituinte. O senador não deixou clara a sua posição. Inicialmente, disse que, "enquanto fosse líder", teria de aceitar a posição majoritária da bancada. Indagado se poderia então renunciar à liderança para votar pelos quatro anos, Covas afirmou: "O que eu farei depende do resultado. Por que eu anteciparia?" Depois, ele procurou desfazer a impressão de que poderia renunciar à liderança, dizendo que isso não lhe passa pela cabeça, e que não é seu estilo fazer "chantagem política".

De outra parte, o líder do PMDB na Constituinte negou que seja candidato à sucessão do presidente José Sarney. Observou que, tendo sido cassado, passou 12 anos fora da vida pública, e entende que ainda lhe faltam etapas para aspirar à Presidência. Confirmou, todavia, que "se puder", será candidato ao governo de São Paulo, em 1990.

O senador Mário Covas negou, também, que tenha deixado seus compromissos com o presidente Sarney, e disse não acreditar que ele — conforme as várias denúncias — venha a condicionar o repasse de recursos aos Estados ao apoio dos governadores a sua pretensão de ficar cinco anos no poder. "Isso era coisa de outros governos", ponderou, acrescentando considerar inteiramente normal que o presidente converse com governadores e parlamentares tentando convencê-los da sua tese.

O senador Mário Covas comentou, ainda, que o PMDB não corre risco de implodir em função de suas divergências. Lembrando sua condição de fundador do antigo MDB, em 1965, ele ressaltou que, a cada crise, eram feitas previsões de esfacelamento do partido, "e nós não só não rebentamos, como construímos nossa unidade".



Senador Mário Covas

## Lourenço não sabe com quem dialogar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O PFL está disposto a negociar com o PMDB alguns pontos dos relatórios das subcomissões que estão em fase de discussão nas comissões temáticas. O problema é que, até agora, a Frente Liberal não sabe com quem conversar, por causa dos conflitos internos peemedebistas envolvendo Ulysses Guimarães e Mário Covas. "Ficamos em dúvida a quem nos dirigir, pois a cada semana um passa a rasteira no outro", disse ontem o líder do PFL na Câmara, José Lourenço.

O deputado revelou que já há alguns dias vem tentando marcar um encontro com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Em seguida, advertiu: "Se não chegarmos a um consenso, seremos obrigados a endurecer, como ocorreu durante a votação nas subcomissões. Queremos uma Constituição que espelhe as aspirações da sociedade e não o pensamento de uma minoria". José Lourenço destacou que "não é pelo confronto que vamos resolver os principais problemas do País", mas admitiu que, em princípio, há pontos inegociáveis entre as partes em alguns relatórios. Como exemplo, citou a limitação do tamanho da propriedade, no caso da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, e a garantia de estabilidade no emprego a partir da contratação, aprovada pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores.

Segundo o líder do PFL, o partido é totalmente contrário à estabilidade no emprego, defendendo um seguro-desemprego capaz de dar segurança ao trabalhador. "Cada pessoa passaria a contribuir em função de seu salário", explicou Lourenço. Em sua opinião, alguns "avanços" obtidos nos documentos em discussão na Comissão de Ordem Social são, na realidade, "impraticáveis".

Na questão da reforma agrária, o deputado revelou que tentou antes negociar alguns pontos com o relator da subcomissão, Oswaldo Lima Filho, que se mostrou inflexível e não aceitou abrir mão do limite da propriedade.